



## Direção da FASUBRA analisa decisão do STF e orienta manutenção da GREVE

*Comando Nacional de Greve será instalado nesta segunda, 31 de outubro, em Brasília. Entidades de base deverão enviar delegados para organização do movimento nacional.*

No dia 27 de outubro, o Supremo Tribunal Federal decidiu sobre o corte de ponto para servidores públicos em greve, o que foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação, diferentemente da ausência de cobertura das mais de mil escolas, institutos federais e universidades ocupadas contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 e os ataques à educação.

Nesse momento, confirma-se a unidade da mídia, do executivo, legislativo e judiciário, em impor a classe trabalhadora o ônus da crise. Diante do aumento da pressão do movimento sindical, popular e estudantil sobre os parlamentares e da intensificação das ocupações das estudantes e dos estudantes do ensino médio e superior, bem como do processo de crescimento das possibilidades de greve do setor da educação, o Governo de Temer aliado a setores da burguesia precisam aplicar suas medidas de contenção do avanço da resistência.

Essas ações, entretanto, ainda são precedidas de outras, como a utilização de milicianos de direita para invadir escolas e forçar com o uso da violência, a desocupação dos locais e a intensificação de sentenças judiciais contra as importantes ações do movimento estudantil, que devem contar com todo apoio possível (jurídico e financeiro) das entidades sindicais filiadas a FASUBRA.

Foi neste cenário das ações judiciais de criminalização dos movimentos, que nessa semana, após a definição do STF contrária à desaposentação, numa atitude arbitrária, o STF também assume a tarefa de restringir o direito de greve das trabalhadoras e trabalhadores do serviço público, independente de definição de legalidade ou não do movimento. Nós que nunca tivemos ilusão com a Justiça, sabemos que se não houver mobilização e luta, o próximo passo do STF será a tentativa de definição de que as atividades fins de empresas públicas e privadas também podem ser terceirizadas iniciando já a

reforma trabalhista, medida que ficou suspensa de votação no Congresso por causa da pressão dos movimentos contra o PL 4330.

Essas ações se dão num momento de intensificação da resistência, e com a definição das datas de paralisações nacionais de 11 e 25 de novembro próximos, com uma grande campanha de denúncia dos parlamentares que votaram contra as classes trabalhadoras.

Por seis votos favoráveis e quatro contrários, na véspera do dia dos servidores públicos, o STF resolveu nos “presentear”, assim como Temer havia “presenteado” as professoras e os professores na véspera do 15 de outubro, com a reforma do ensino médio. O STF aprovou medida que dá aos órgãos públicos o direito de descontar das servidoras e dos servidores os dias parados decorrentes da participação em movimentos de greve.

O Plenário do Supremo concluiu naquela sessão o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 693456, interposto contra Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) que determinou à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) que se abstinhasse de efetuar desconto em folha de pagamento dos trabalhadores por causa da greve realizada entre março e maio de 2006. A decisão, que discute a constitucionalidade do desconto dos dias paradas em razão de greve, será válida para todas as categorias do serviço público, em todas as esferas e níveis, a partir da publicação do Acórdão do Supremo. Porém, ainda cabe recurso da decisão do STF para lutar contra o corte de nossos salários.

Ainda, o Plenário do STF deliberou que a administração pública deve fazer o corte do ponto dos grevistas, admitindo, porém, a possibilidade de compensação dos dias parados mediante acordo. O Supremo decidiu, também, que o desconto não poderá ser feito caso o movimento grevista tenha sido “motivado por conduta ilícita do próprio Poder Público”, como por exemplo atrasos de salários e descumprimento de acordos e o não cumprimento da revisão salarial anual prevista na Constituição Federal.

Essa ação tem sua motivação ainda mais nítida quando vemos nos votos a citação explícita do movimento grevista em Universidades. Nos últimos anos, grande parte das trabalhadoras e dos trabalhadores do serviço público tem protagonizado importantes lutas por seus interesses e pelos direitos de toda a população. Neste momento, em que há grande mobilização contra os cortes de verbas nas áreas sociais e que a área de educação, em todo o país, tem se organizado em movimentos grevistas e de ocupações para barrar a Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 (PEC 241), aprovada na Câmara dos Deputados, agora no Senado sob o número 55/2016; contra a Reforma do Ensino Médio, sem debate com a sociedade; contra a “Lei da Mordaza” (Escola Sem Partido); contra a retirada de investimentos em educação e saúde e contra a retirada de direitos, dentre outros. É nesse cenário que o governo e seus braços institucionais se armam para proceder os ataques contra o conjunto da classe trabalhadora, e particularmente contra os trabalhadoras e trabalhadores do serviço público.

Cabe ressaltar que o alcance dos efeitos da decisão do STF ainda estão em análise por diversas assessorias jurídicas de servidores públicos, que os recursos e a publicação de acórdão ainda não ocorreram e que seguimos defendendo a autonomia universitária.

Como o Governo não pode obrigar os gestores a cumprirem uma decisão que sequer foi publicada, orientamos aos trabalhadores que intensifiquem o diálogo dentro das IFES, buscando apoio ao movimento paredista e à luta contra a PEC 55/2016, aprovando notas e moções dos conselhos superiores em apoio à luta que desenvolvemos. Essa ação deve ser acompanhada de ampla discussão com a categoria, pois já fizemos greves em situações piores, quando a constituição proibia, e sabemos que a efetiva união de nossa classe pode dobrar a lei diante do clamor social.

Ao mesmo tempo, precisamos intensificar nosso apoio às ocupações estudantis e convocar os fóruns estaduais do funcionalismo e da educação para exercer pressão sobre os parlamentares, divulgar o nome dos traidores do povo brasileiro, e fortalecer as manifestações de rua com grande visibilidade e efetiva participação da nossa categoria.

Nesta segunda, debateremos com o fórum dos servidores federais as medidas de enfrentamento à ação do STF, como também avaliaremos as possibilidades de manifestações conjuntas nos estados e a realização de caravana nacional à Brasília por ocasião da votação da PEC no Senado. Serão debatidas, ainda, as linhas gerais da paralisação nacional marcada para os dias 11 e 25 de novembro, fortalecendo a greve geral, uma necessidade de nossa classe diante dos constantes ataques aos direitos. Também na segunda será instalado o Comando Nacional de Greve (CNG), para produzir novas orientações e debater as dúvidas decorrentes da decisão do STF.

Os movimentos de greve na área de educação, as ocupações das estudantes e dos estudantes e as denúncias à PEC 55/2016 têm encontrado eco junto à sociedade, que começa a perceber a extensão das perdas, o que certamente impacta o atual governo, que precisa urgentemente emplacar seu discurso e suas ações de retirada de direitos, dos investimentos e os cortes sociais.

Quem está com medo de nossa ação são os que querem as reformas que só trazem prejuízo à maioria da população, e por isto usam informações manipuladas e meias verdades, ao dizer que a culpa dos problemas do país são os gastos públicos em educação, saúde, infraestrutura, segurança e manutenção de servidores. O governo não apresenta, sequer, alternativas ao ataque aos trabalhadores, tais como o cerco aos sonegadores de impostos e um rígido controle fiscal; a taxação das grandes fortunas; a suspensão do pagamento de juros abusivos no mercado financeiro, que aumenta a dívida pública, dentre outros.

Não podemos nos deixar vencer pela insegurança, mas sim tentar tornar ainda mais sólida nossa unidade. A lei não deve existir para privilegiar e proteger somente um lado. Se ela é injusta, temos que nos movimentar para mudá-la!

Nada é tão forte que não seja passível de mudanças! O nosso grande medo deve ser o de viver num país sem direitos, sem educação, sem saúde, sem perspectivas, sem futuro! Se aumentam os ataques, aumenta a nossa mobilização!

Assim, a Direção da FASUBRA orienta:

- Manutenção do movimento grevista;
- Intensificar nosso apoio às ocupações estudantis;
- Articular reunião dos Fóruns Estaduais do Funcionalismo e da Educação;
- Intensificar a resistência e unificar com os demais movimentos sociais;
- Pressão sobre parlamentares;
- Ações nos conselhos Universitários;
- Realização de Reuniões com Reitoras e Reitores para reforçar o compromisso de não haver corte de ponto;
- Esclarecimentos à categoria onde ainda não houver greve para entrada e fortalecimento imediatos da Greve Nacional da FASUBRA Sindical.

**Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não assanhe o formigueiro.**

**A greve continua.**

**Intensificar a resistência e unificar com os demais movimentos sociais.**

**Não à criminalização das lutas e não à PEC 241!**

**A luta continua!!!**

**DIREÇÃO NACIONAL DA FASUBRA Sindical**